

О ДІАБЕІТО АСНАДО ИА ЯЦА V. B

ІТАРОЦЌДО
САЇТІСА АО ДІАБЕІТО
Д СОРЦІІСАЌДО
Е Д ІНФОЯТАЌДО



ОАГАІІЗАДОАЕС

JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR

MICHAEL CÉSAR RAMOS

ELEI CRISTINA GERALDES

FERNANDO OLIVEIRA RAUANO

JANARA SOUZA

HELGA MARTINS DE RAÇA

TALITA TATIANA DIAS RAMPINI

VANESSA NEGRAINI

O DIREITO ACHADO NA JACA

VOLUME B

**INTRODUÇÃO CRÍTICA AO DIREITO À
COMUNICAÇÃO E À INFORMAÇÃO**

ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS

**JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR • MIGUEL CÉSAR RAMOS • ELEN GERALDES • FERNANDO
OLIVEIRA RAUANO • JANAIA SOUZA • HELGA MARTINS DE RAUANO • TALITA RAMPIRI •
VANESSA NEGRAU**



О ДІЯЕІТО АСНАДО ІА ЯЦА V.В

**ІНТЯРОЦЅДО СЯІТІСА АО ДІЯЕІТО Д
СОПЦИІСАЅДО Е Д ІНФОЯПАЅДО**

O DIREITO ACNADO NA ЯЦА V.B

ИТЯРОДЦЃО СЯЃТІСА АО ДІЯЕІТО Д СОРЦІСАЦЃО Е Д ІНФОРМАЦЃО

ОРГАНИЗАДОРАС Е ОРГАНИЗАДОРАС

José Geraldo de Sousa Júnior, Murilo César Ramos, Elen Cristina Geraldес, Fernando Oliveira Paulino, Janara Kalline Leal Lopes de Sousa, Helga Martins de Paula, Talita Tatiana Dias Rampin, Vanessa Negrini.

АЦТОРАС Е АЦТОРАС

Alexandre Bernardino Costa, Ana Iris Nogueira Pacheco, Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire), Angélica Peixoto, Antonio Escrivão Filho, Bárbara Lima Vieira, Bia Barbosa, Boaventura de Sousa Santos, Claudia Paiva Carvalho, Cristiano Paixão, Daniel Vitor de Castro, Delcia Maria de Mattos Vidal, Dirlene Santos Barros, Eduardo Gonçalves Rocha, Elizabeth Machado Veloso, Flávio Castro, Francisco Rocha, Gabriel Medeiro Pessoa, Geraldo Miranda Pinto Neto, Gisela Aguiar Wanderley, Gustavo Azevedo, Helena Martins, Humberto Góes, Ísis Menezes Táboas, Jacques de Novion, Janny Carrasco Medina, José Carlos Moreira da Silva Filho, Karenina M. Cabral, Leonardo Luiz de Souza Rezio, Letícia Pereira, Ludmila Cerqueira Correia, Luísa Guimarães Lima, Luísa Martins Barroso Montenegro, Marcela D'Alessandro, Marcelo Barros da Cunha, Marcos Urupá, Milton Carlos Vilas Bôas, Mônica Tenaglia, Natália Oliveira Teles, Olívia Maria de Almeida, Neuza Meller, Patrícia Vilanova Becker, Pedro Andrade Caribé, Roberto Lyra Filho, Rosângela Piovesan, Rosane Freire Lacerda, Sílvia Alvarez, Solange I. Engelmann, Thaís Inácio, Valéria Castanho, Vanessa Galassi, Viviane Brochardt.



Copyright © 2016 by FAC-UnB

Capas/Fotos Humberto Góes
Diagramação Vanessa Negrini
Revisão Elton Bruno Barbosa Pinheiro
Ficha Catalográfica Fernanda Alves Mignot (BCE-UnB)
Apoio Daniel Souza Oliveira, Guilherme Aguiar, Luísa Montenegro, Natália Oliveira Teles, Neila Pereira de Almeida, Pedro Ivo, Priscila Augusta Morgado Pessoa, Ricardo Borges Oliveira, Rosa Helena Santos
Imagens nas fotos Bárbara Amaral dos Santos, Guaia Monteiro Siqueira, Mel Bleil Gallo



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cíclia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

I61 Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação/
organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] – Brasília: FAC-
UnB, 2016.
455 p.: il.; 21x30cm.
(Série o direito achado na rua, v.8)

ISBN 978-85-9-3078-06-4

1. Direito - Comunicação. 2. Liberdade de informação. 3.
Comunicação de massa. 4. Direito Constitucional. 5. Direitos
Humanos. I. Série. II. Sousa Jr., José Geraldo de.

CDU: 34:301

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UNB. Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
---------------------------	---

PARTE I	9
----------------------	---

Conceitos e categorias para compreensão do Direito Humano à Comunicação e à Informação sob a perspectiva do Direito Achado na Rua	9
---	---

Introdução Crítica ao Direito à Informação e à Comunicação na Perspectiva de “O Direito Achado na Rua” José Geraldo de Sousa Junior, Helga Maria Martins de Paula e Talita Tatiana Dias Rampin	10
---	----

O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido Elen Gerales, Murilo César Ramos, Janara Sousa, Fernando Paulino, Vanessa Negrini, Luiza Montenegro e Natália Teles	20
---	----

A Constituinte e a Reforma Universitária Roberto Lyra Filho (in memoriam)	31
--	----

A Democracia difícil: é possível um novo contrato social? Boaventura de Sousa Santos	44
---	----

Acesso à Justiça e a pedagogia dos vulneráveis Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire)	69
---	----

Ciência, comunicação, relações de poder e pluralismo epistêmico Alexandre Bernardino Costa e Eduardo Gonçalves Rocha	78
---	----

Comunicação como exercício da liberdade Antonio Escrivão Filho e Ísis Menezes Táboas	88
---	----

PARTE II	98
-----------------------	----

Reflexões e trajetórias de luta pelo Direito Humano à Comunicação e à Informação	98
--	----

MARCO LEGAL	99
--------------------------	----

Sociedade da Informação, Direitos Humanos e Direito à Comunicação Marcos Urupá	100
---	-----

As mudanças no marco regulatório das telecomunicações no Brasil Elizabeth Machado Veloso	111
---	-----

Rádiodifusão comunitária: das barreiras do processo de outorga à criminalização da prestação irregular do serviço Gisela Aguiar Wanderley e Marcelo Barros da Cunha	137
--	-----

A TV Brasil e o debate conceitual em torno do Artigo 223 da Constituição Federal de 1988 Natália Oliveira Teles	144
--	-----

Os direitos autorais como expressão de liberdade seletiva no audiovisual | **Pedro Andrade Caribé**
..... 151

COMUNICAÇÃO E GOVERNO..... 158

O discurso democrático entre governo e esfera pública digital: a construção do portal Dialoga Brasil
| **Karenina M. Cabral e Francisco Rocha**..... 159

O Direito à Comunicação nos *sites* de rede social: análise das interações mútuas na página do
Humaniza Redes no *Facebook* | **Leonardo Luiz de Souza Rezio** 172

Os *sites* governamentais na era da transparência e da interatividade: um estudo de caso sobre o
site do Senado | **Valéria Castanho** 183

O acesso à cultura e o reconhecimento dos direitos culturais: experiência cubana | **Janny Carrasco
Medina** 192

DIREITO À INFORMAÇÃO..... 204

Direito de informar: a participação do cidadão comum | **Delcia Maria de Mattos Vidal**..... 205

Jornalismo e Direitos Humanos: o papel do jornalista na concretização do acesso à informação |
Angélica Peixoto e Marcela D'Alessandro..... 216

As verdades da e na gestão pública: uma leitura da lei de acesso à informação e da comissão
nacional da verdade | **Dirlene Santos Barros e Mônica Tenaglia**..... 224

Direito à Verdade e Comissões da Verdade: direito de informação sobre graves violações de direitos
humanos | **José Carlos Moreira da Silva Filho** 235

Direito à informação sobre transgênicos e agrotóxicos | **Viviane Brochart**..... 252

COMUNICAÇÃO E MINORIAS 265

Educação Jurídica Popular e Direito à Comunicação e à Informação: experiências de loucura e
cidadania | **Ludmila Cerqueira Correia e Olívia Maria de Almeida** 266

TV Universitária e o direito à comunicação e à informação | **Neuza Meller e Flávio Castro**..... 280

Políticas públicas de comunicação e de cultura em uma perspectiva multicultural: desafios para a
diversidade racial e étnica | **Luísa Martins Barroso Montenegro** 297

Ciberfeminismo e o “Direito Achado na Rede”: o ciberespaço como plataforma de inteligência
coletiva e enfrentamentos na luta feminista | **Patrícia Vilanova Becker** 306

Rádiodifusão Sonora Comunitária em Terras Indígenas: os obstáculos da colonialidade na legislação
de RadCom | **Rosane Freire Lacerda**..... 317

COMUNICAÇÃO E GOLPE	324
Mídia e a nova metodologia de golpe na América Latina: o caso de Honduras Sílvia Alvarez e Jacques de Novion	325
Cultura, política e moral: as diversas faces da censura na ditadura militar brasileira Cristiano Paixão e Claudia Paiva Carvalho	336
Comunicação e democracia: o impacto da cobertura televisiva nas manifestações de março no Brasil Vanessa Negrini, Elen Geraldes e Janara Sousa	349
COMUNICAÇÃO ACHADA NA RUA	365
O Interozes e a luta dos movimentos sociais pelo direito à comunicação Bia Barbosa e Helena Martins	366
Histórico da comunicação popular e contra-hegemônica do MST Solange I. Engelmann e Ana Iris Nogueira Pacheco	383
Entre Ocupar e Invadir: a disputa midiática sobre o Direito Geraldo Miranda Pinto Neto	396
Resistência e Arte: o teatro do Movimento de Mulheres Camponesas Ísis Menezes Táboas, Letícia Pereira e Rosângela Piovesan	415
Fotografia Achada na Rua: dialética e práxis sob o foco de uma câmera Daniel Vitor de Castro	423
A relação entre a luta sindical e a pauta pela democratização da comunicação Vanessa Galassi	434
AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES	445
AS AÇTORAS E OS AÇTORES	446
AS ILUSTRAÇÕES E AS FOTOGRAFIAS	451

PARTE II

TRAJETÓRIAS

REFLEXÕES



**DE LUTA PELO DIREITO HUMANO
A PARTICIPAÇÃO E A INFORMAÇÃO**

COMUNICAÇÃO E GOLPE



Mídia e a nova metodologia de golpe na América Latina: o caso de Honduras

Sílvia Alvarez
Jacques de Novion

Resumo

Este artigo analisa o papel da mídia nos golpes de Estado do século XXI na América Latina, a partir da crise hondurenha de 2009, levantando reflexões sobre os limites da democracia no continente. Por meio de revisão bibliográfica, procuramos mostrar que a mídia oligopolizada atua como um dos alicerces da nova metodologia de golpe, utilizando uma narrativa que busca revestir o golpe com um verniz democrático e recuperar a hegemonia neoliberal levemente abalada com a ascensão de governos progressistas na região.

Palavras-chave: Golpe de Estado. Honduras. Mídia.

Introdução

Este artigo pretende discutir a relação entre o golpe de Estado de Honduras em 2009 e a mídia local, abordando o contexto dos eventos ligados ao golpe e seus desdobramentos, relacionados a padrões de violação aos direitos humanos verificados no período pós-crise. Por meio de revisão bibliográfica, que inclui livros e documentos coletados em pesquisa de campo, o trabalho aponta respostas a questões como: de que modo a mídia local incidiu no golpe de Estado? Qual a articulação do oligopólio midiático hondurenho com uma “nova metodologia” de golpe, aplicada também em outros países da América Latina?

Cabe ressaltar que a maior parte dos argumentos aqui desenvolvidos estão sistematizados na dissertação “Golpe de Estado no século XXI: o caso de Honduras (2009) e a recomposição hegemônica neoliberal” de autoria e orientação dos autores deste trabalho, defendida no Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC) da Universidade de Brasília. A dissertação toma como pressuposto o entendimento de que a ruptura democrática em Honduras expressa um reordenamento das influências

hegemônicas neoliberais na região, reconfigurando as correlações de força e influenciando o jogo geopolítico latino-americano.

Honduras e a “Nova Metodologia” de Golpe de Estado

A série de eventos que aconteceu no dia 28 de junho de 2009, quando um golpe de Estado depôs o presidente Manuel Zelaya, pode levar a uma comparação imediata com histórias de golpes de Estado civis-militares do século XX na América Latina.

Naquela madrugada, Zelaya havia sido sequestrado e levado, ainda trajando pijama, à Costa Rica. A população, informada por meios alternativos sobre o que acabara de ocorrer, foi imediatamente protestar em frente à *Casa de Gobierno*, sofrendo forte repressão. Uma pitoresca sessão do Congresso Nacional elegeu Roberto Micheletti¹ presidente, alegando vacância do cargo e nomeando o ocorrido de “sucessão presidencial”. Expulso do país, o presidente deposto só retornaria após dois anos de exílio forçado.

Mais importante do que avaliar as semelhanças com os golpes do passado, a crise hondurenha é uma oportunidade para entendermos melhor o atual ciclo conservador no continente e compreendermos à qual etapa do modo de produção capitalista ele atende, suscitando questões relacionadas aos limites da democracia há pouco conquistada na região latino-americana, onde a mídia aparece como um ator político privilegiado.

Ao analisar as modificações pelas quais o conceito de Golpe de Estado tem passado ao longo do tempo, Carlos Barbé (1983, p. 545) conclui que a característica principal, que nunca sofre alterações, é a de que “o golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado”. O elemento surpresa e a participação, neutralidade ou conivência dos militares (nunca indiferentes) são outras características identificadas na maioria dos processos de golpe. Como sintetiza o autor do verbete “Golpe de Estado” no Dicionário Político (de Norberto Bobbio),

Na grande maioria dos casos, o Golpe de Estado moderno consiste em apoderar-se, por parte de um grupo de militares ou das forças armadas em seu conjunto, dos órgãos e das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina, que tenha uma certa margem de surpresa e reduza, de

¹ Roberto Micheletti era presidente do Congresso pelo Partido Liberal, o mesmo de Zelaya.

maneira geral, a violência intrínseca do ato com o mínimo emprego possível de violência física (BARBÉ, 1983, p. 546).

“Moderno” para o autor corresponde, na definição acima, aos golpes de Estado dos anos 1970, que resultaram em sua maioria em regimes militares, caracterizados por um padrão de acumulação capitalista baseado na expansão de empresas transnacionais. O capital estava, neste momento, orientado para o mercado interno das economias dependentes e subdesenvolvidas, cada vez mais internacionalizadas, e a classe dominante no Estado era a burguesia monopólica internacional, em aliança com os militares e com segmentos da pequena burguesia (BORÓN, 2003). Estes regimes políticos militares teriam como objetivo garantir para a burguesia monopólica transnacional a obtenção de altas taxas de lucro e, desta forma, tornar “atrativo” o investimento.

Mesmo que o golpe de Estado de Honduras em 2009 tenha contado com uma participação militar e se encaixe nas características do conceito de golpe de Estado moderno a que Barbé e Borón se referem, ele se insere em um novo momento do capitalismo, no qual as bases políticas e econômicas descritas acima, longe de estarem superadas, acentuaram-se, graças à hegemonia do modelo neoliberal gestado desde a década de 1970.

Além disso, novos procedimentos foram utilizados, seguindo os moldes descritos pelo cientista político cubano Roberto Regalado. Ao analisar as diversas tentativas de desestabilização de governos progressistas na atualidade, ele conclui que as forças conservadoras tentam evitar o repúdio que causa a lembrança de ditaduras militares de outrora, invisibilizando o protagonismo militar durante a cobertura midiática do evento.

A “metodologia” atual estabelece que os militares golpistas desapareçam rápido da cena e “cedam as câmeras e os microfones” a um “presidente” e a um “governo” civis que, mediante uma eleição, uma reforma constitucional ou outra fórmula, imponha um novo *status quo* “democrático” de acordo com os interesses do imperialismo. (REGALADO, 2010, p. 8-9, grifo do autor).²

² Tradução dos autores.

Borón, em palestra proferida durante um congresso de comunicação no Equador (2015)³, adiciona mais uma reflexão sobre o papel dos grandes meios de comunicação nos golpes de Estado atuais. Ele aponta que o cerne da atuação da mídia consiste em organizar e dirigir a militância contrária às mudanças estabelecidas nos últimos anos com a ascensão dos governos progressistas, substituindo, desta forma, os partidos políticos de direita – estes diluídos em coalizões onde os políticos migram de partidos, da oposição à situação, sem maiores escrúpulos.

Frente ao vazio dos partidos tradicionais, a grande imprensa nos países da América Latina e Caribe é quem recruta a tropa da direita, aporta as orientações táticas de seu agir, estabelece a agenda do seu projeto e milita nele dia e noite por meio de seu impressionante aparato comunicacional, e até mesmo se encarrega de encontrar as lideranças capazes de conduzir essas iniciativas. (BORÓN, 2015, p. 7).⁴

Em síntese, nessa nova metodologia de golpe, a mídia tem papel fundamental. Agindo coligada a um judiciário e a um Congresso conservadores, confere ao golpe “suave” ares democráticos. Utiliza-se, para isso, uma narrativa liderada por atores supostamente isentos, respaldados por manifestações supostamente espontâneas e “livres de ideologia”. Minimiza-se assim a importância da participação de partidos políticos e dos militares, escamoteando o jogo de interesses por trás do evento.

Podemos identificar as características descritas nesse método no caso do golpe de Honduras. Seguiu-se uma metodologia mais discreta, nomeada de “sucessão presidencial”, como tentou pautar o Congresso Nacional na sessão de 28 de junho, na qual até mesmo uma falsa carta de denúncia foi apresentada como justificativa para a ausência de Manuel Zelaya. Os meios de comunicação dominantes ocultaram o protagonismo militar no sequestro do presidente ao mesmo tempo em que silenciaram a repressão e criminalizaram os protestos, como veremos nas páginas a seguir.

Ainda em consonância com o roteiro do “novo método” de golpe, realizou-se uma eleição presidencial em novembro de 2009 como tentativa de normalizar a situação. O pleito

3 Disponível em: <<http://www.atilioboron.com.ar/2015/07/medios-y-democracia-en-america-latina.html>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

⁴ Tradução dos autores.

ocorreu, porém, sem a participação de candidatos de esquerda (que a boicotaram), com ampla margem de abstenção da população, em um país sob estado de sítio e com grande parte dos meios de comunicação contrários ao golpe sob censura. Apesar desse cenário, que sugere uma situação de eleição fraudulenta, foi eleito Porfírio Lobo Sosa (Partido Nacional), que manteve uma repressão mais discreta, camuflada sob um discurso de “reconciliação nacional”. O reconhecimento ou não de seu governo foi tema de disputa entre as principais forças políticas do continente⁵.

Atuação da mídia hondurenha no Golpe de 2009

A concentração dos meios de comunicação na mão de poucos grupos – que no caso de Honduras segue o padrão latino-americano, com o oligopólio midiático participando ativamente do controle econômico e político do país – tem relação direta com os limites da democracia, com a persistência da desigualdade social e, finalmente, com os novos golpes de Estado que voltaram a assombrar o continente no século XXI. Em Honduras, as poucas famílias que concentram os meios de comunicação sob o seu poder também monopolizam a indústria alimentícia transnacional e o setor financeiro nacional, entre outros campos da economia. Alinhados com o objetivo principal do golpe, o de garantir o melhor cenário e as melhores condições possíveis para a expansão de seus lucros, os meios oligopolizados atuaram no contexto hondurenho legitimando o golpe e, posteriormente, minando qualquer tentativa de resistência ao novo governo.

É importante ressaltar que os donos dos principais veículos de comunicação que existem hoje no país construíram sua relação com o poder político e econômico desde sua gênese no século XIX, quando as empresas estrangeiras, principalmente do setor de mineração e exportação de bananas, dominavam a economia hondurenha e precisavam formar um imaginário social favorável às suas atividades, a despeito dos prejuízos acarretados pelo modelo que explorava as riquezas do país sem que isso se convertesse em arrecadação para o Estado. Essa relação levou o sociólogo hondurenho Victor Meza, a cunhar a expressão “jornalismo de enclave” (Meza, 2002).

⁵ Estados Unidos, Colômbia, Peru, Panamá, Guatemala e Costa Rica, prontamente reconheceram a legitimidade do novo governo, ao contrário dos demais países do continente americano, liderados pelo Brasil, que só reconheceram depois do acordo de mediação que levou Zelaya de volta ao país, em 2011.

O país centro-americano possui quatro jornais impressos principais, que pautam a agenda política nacional. *El Heraldo* e *La Prensa*, os de maior circulação, são de propriedade de Jorge Canahuati Larach; o jornal *La Tribuna*, de Carlos Flores Facussé; e o *Diario Tiempo*, do Grupo Continental, cujo maior acionista é Jaime Rosenthal, dono também de dois canais de televisão, empresas de serviço de *internet*, telefonia e TV por assinatura. A este grupo soma-se Rafael Ferrari, dono do grupo *Televiscentro*, que opera quatro canais de televisão.

Com filiações em partidos políticos – Flores Facussé foi ex-presidente do país pelo Partido Liberal, por exemplo –, negócios em conglomerados comerciais e ações em bancos, essas famílias fazem pressão no governo e no legislativo, a partir de afagos ou denúncias públicas ao sabor de seus interesses.

Essa relação talvez explique o motivo pelo qual, diferente de outros países latino-americanos, as cadeias de restaurantes como *Burger King*, *Kentuchy Fried Chicken*, *Wendy's*, *Pizza Hut*, entre outras, gozam de exonerações fiscais em Honduras, uma vez que estão registradas como empresas turísticas e contempladas pela controversa *Ley de Equilibrio Financiero y la Protección Social (2002)*. As famílias Ferrari Villeda, Kafaty e Canahuati Larach são as mais beneficiadas desta lei, pois são donas de poderosos grupos do setor alimentício (Grupo Intur S.A. e Grupo Comidas S.A) (CDV, 2012).

No contexto do golpe de Estado, de acordo com a pesquisa “*Cobertura Mediática de los acontecimientos previos y posteriores al golpe de Estado em Honduras*”, do coletivo C-Libre, publicada em 2010, o uso e análise das fontes de informação escutadas, as imagens escolhidas para ilustrar as notícias e a manipulação do discurso pelos meios apontam que “houve uma clara tendência a favorecer os grupos favoráveis ao golpe de Estado, em detrimento do setor da sociedade que se manifestava abertamente contra este fato” (p. 76)⁶. Ainda de acordo com esta pesquisa, o eufemismo “sucessão presidencial” foi utilizado exaustivamente em contraposição ao termo “golpe de Estado”. Houve também um cuidado de suavizar a atuação dos militares no evento, ao mesmo tempo em que os protestos da população que se colocava contra o golpe – ou “em resistência”, como se autodenominavam esses sujeitos sociais – foram recorrentemente criminalizados.

⁶ Tradução dos autores.

Além disso, a falsa carta de renúncia apresentada pelo Congresso Nacional para justificar a “sucessão presidencial” foi deliberadamente ignorada no noticiário do dia 28 de junho:

Nenhum jornal, exceto o diário *Tiempo*, menciona a carta de renúncia apresentada nas primeiras horas do dia como prova de que Zelaya havia renunciado. De forma mágica, para os outros jornais esta carta nunca existiu, pois não a mencionam em suas páginas que foi usada enquanto prova no Congresso Nacional da renúncia do presidente. *Tiempo*, por sua vez, cogita uma possível falsificação em uma entrevista com Enrique Flores Lanza [liderança pró-Zelaya]. (C-LIBRE, 2010, p.63).⁷

Neste mesmo dia, quando Zelaya foi sequestrado e expulso do país, as televisões locais amanheceram com um corte de sinal que as silenciou por 5 horas seguidas. Quando retomaram a transmissão, aqueles meios que sabiam da ruptura da ordem democrática não só guardaram silêncio, como optaram pelo espetáculo como fuga da conjuntura: desenhos animados, telenovelas, músicas e até jogos de futebol do passado, com vitórias da seleção hondurenha, fizeram parte da programação televisiva.

No período pré-golpe, quando a sociedade estava dividida em torno da “campanha da *cuarta urna*” – proposta do então presidente Zelaya de adicionar uma urna nas eleições gerais para consultar a população sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, o que foi o estopim para a crise que se seguiu – os meios dominantes tratavam de “acalorar” os argumentos contrários à proposta do presidente, principalmente acusando-o de querer perpetuar-se no poder. Como sistematiza o relatório da Comissão de Verdade - CdV (2012):⁸

Meses antes que se conhecesse esta iniciativa presidencial, insistentemente, através dos principais meios de comunicação, se falava das intenções do presidente de prolongar o seu mandato com a mesma intensidade que se questionava as decisões de seu governo, argumentando que estas eram atentados à democracia, ao Estado de direito e aos próprios interesses do país (CDV, 2012, p.90).⁹

⁷ Idem.

⁸ A *Comisión de Verdad (CdV)*, é um relatório de sistematização dos fatos ocorridos em torno do golpe de Estado em Honduras promovida pelas principais organizações hondurenhas de defesa dos direitos humanos, que busca ser um material alternativo à *Comisión de la Verdad y la Reconciliación (CVR)*, esta oficial, promovida pelo governo de Pórfirio Lobo Sosa.

⁹ Tradução dos autores.

A comparação, de maneira pejorativa, do presidente Zelaya com chefes de Estado de países alinhados com o bolivarianismo também foi umas das estratégias utilizadas tanto pela mídia tradicional, como pelos grupos que agiam pelas redes sociais na *Internet*. Uma reportagem do *El Heraldo*, de 23 de junho de 2009, faz uma compilação das páginas na *Internet* dedicadas a combater a campanha da *cuarta urna*, destacando – e reforçando – o argumento de que a proposta colocaria em perigo a democracia. Diz o abre da reportagem¹⁰:

O que tem em comum a quarta urna, a luta contra as Farc na Colômbia, as marchas antichavistas, os protestos na Guatemala e as manifestações contra o governo do Irã? O uso da *Internet* como ferramenta para formar grupos sociais para protestar contra situações que colocam em perigo a democracia e a estabilidade social.

Este pode ser um exemplo de como os meios dominantes atuam como “dirigentes” da direita, organizando e reforçando seus argumentos. Essa análise também mostra como a mídia manipula o sentido do conceito de “democracia” de acordo com as circunstâncias que lhes são favoráveis. A narrativa e os argumentos utilizados faz parecer que a proposta de consultar a população para realizar mudanças na Constituição é mais “antidemocrática” do que sequestrar um presidente, apresentar uma falsa carta de renúncia ao Congresso e eleger um novo mandatário por vias indiretas.

Pós-Golpe: violação do Direito à Comunicação

Os meios de comunicação de massa refletiram a polarização latente na sociedade durante os períodos adjacentes aos fatos ocorridos em 28 de junho de 2009. Do mesmo modo que os veículos dominantes apoiaram e até mesmo participaram como organizadores do golpe de Estado, os meios alternativos trataram de denunciar o evento e de cobrir as manifestações da população que se colocou em resistência. No entanto, somente estes últimos foram vítimas da censura e da repressão à liberdade de expressão.

O relatório da Comissão de Verdade identificou três categorias de padrões de violações aos direitos humanos ocorridos no processo do golpe: a repressão às

¹⁰ Disponível em: <<http://www.laprensa.hn/honduras/532199-97/mel-y-la-cuarta-urna-pierden-en-internet>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

manifestações públicas, a repressão seletiva ou dirigida e a “disfuncionalidade” institucional em função das necessidades do regime imposto após o golpe (CDV, 2012, p.99). Em outras palavras, após o golpe de Estado, a violência torna-se regra em Honduras, assumindo diferentes formas. Em todos os três padrões mencionados encontramos casos envolvendo meios de comunicação ou jornalistas/comunicadores críticos ao golpe.

Jornalistas que cobriam as manifestações massivas sofreram com os efeitos da repressão generalizada, porém sofreram de forma mais direta com o padrão da repressão seletiva, ocorrido principalmente durante os dois primeiros anos do governo de Porfírio Lobo Sosa (2010-2012). Este padrão tinha como objetivo neutralizar e calar líderes de oposição e pessoas que poderiam colocar em risco o novo governo. Os números levantados pela CdV mostram que, neste período, os mecanismos utilizados nesse padrão resultaram na morte – “em circunstâncias que apontam a uma execução política” – de 25 jornalistas (2012, p. 103-104). Outros mecanismos como sequestros, torturas, ameaças e vigilância também foram aplicados, o que levou Honduras a ser considerada um dos piores países para se exercer a profissão de jornalista, de acordo com diversas organizações da imprensa internacional¹¹.

Não só os jornalistas, mas os meios de comunicação em si – seus escritórios, seus equipamentos suas antenas e transmissores – foram duramente atacados no contexto do golpe de Estado. Em diferentes relatórios que buscaram sistematizar os fatos¹², encontramos inúmeros casos que vão desde o corte de energia de emissoras de rádio e televisão até a ocupação militar desses espaços, passando por destruição ou apreensão de equipamentos.

Todos esses fatos foram respaldados legalmente pelo Decreto Executivo PCM-M-016-2009, emitido em 26 de setembro, com validade de 45 dias, que suspendia direitos constitucionais diversos, entre eles o da liberdade de expressão. O documento dava carta branca à Polícia Nacional e as Forças Armadas para “suspender qualquer rádio-emissora, canal de televisão ou sistema a cabo que não ajuste sua programação às presentes disposições”. A saber, “que ofendam a dignidade humana, a funcionários públicos, ou

¹¹ Repórteres Sem Fronteira (RSF), Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) são algumas das organizações que já apontaram Honduras como um dos países mais perigosos para a profissão.

¹² Encontramos essas denúncias em três relatórios específicos: no das duas comissões da verdade, a oficial e a alternativa, e no relatório publicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos “Honduras: derechos humanos y golpe de Estado”.

atentem contra a lei e as resoluções governamentais, ou de qualquer modo atentem contra a paz e a ordem pública"¹³.

Com base no referido decreto, a Conatel (*Comisión Nacional de Telecomunicaciones*), uma espécie de agência reguladora, emitiu resoluções nas quais declarava a conduta da Rádio Globo, *Radio La Catracha*, *Cholusat Sur* e Canal 36 de TV como incitadoras de insurreição popular¹⁴ – num claro exemplo de disfuncionalidade institucional, já que esta agência deveria garantir a liberdade e não corroborar com a censura. Todos esses veículos tiveram suas sedes invadidas por militares e seus equipamentos apreendidos.

Considerações Finais

Em síntese, a reorganização do Estado por meio de um golpe vem atender à outra etapa de acumulação capitalista. Se os golpes de outrora iniciavam um ciclo de experimentos neoliberais na América Latina, como ocorreu no Chile de Pinochet, as aventuras antidemocráticas atuais parecem querer recuperar a hegemonia neoliberal levemente abalada com a ascensão de governos progressistas que buscavam uma política externa mais independente e um novo paradigma de políticas públicas, ainda que não rompessem de fato com o modelo neoliberal.

Estando os meios de comunicação concentrados nas mãos de poucas famílias (cujos negócios vão além dos conglomerados de mídia), que estão conectadas com os objetivos do golpe de Estado descritos acima – não só por afinidade ideológica, mas também por interesses econômicos em comum – a mídia atua como um dos alicerces da nova metodologia de golpe, aliada ao judiciário e a um Congresso conservadores, que juntos buscam revestir o golpe com um verniz democrático.

A narrativa utilizada, como vimos, buscou minimizar ou invisibilizar o protagonismo dos militares, criminalizar os opositores do novo regime, “animar” a militância da direita e organizar os argumentos contrários ao governo progressista vigente, decidindo, inclusive, o que é ou não democrático, conforme as circunstâncias. Os veículos que ousaram

¹³ Fonte: Comissão de Verdade (CdV), tradução dos autores.

¹⁴ É importante destacarmos o papel destes meios alternativos e comunitários na resistência hondurenha, como mobilizadores da população contrária ao golpe, bem como por sua frequente análise da conjuntura local e fonte de informação das lutas sociais – muitas vezes obtida a custo do sacrifício da integridade física dos seus profissionais.

desconstruir ou criticar esta narrativa foram silenciados. Os hondurenhos perderam, além do direito ao acesso a diferentes fontes de informação, o direito a ver representada a voz e a opinião de diversos grupos sociais que não só os dominantes – direito este imprescindível para se falar em liberdade e democracia.

Guardadas as devidas particularidades e correlação de forças internas de cada país, vimos este método se repetir no Paraguai (2013), quando um “rito sumário” no Congresso Nacional destituiu o presidente Fernando Lugo, e mais recentemente no Brasil, onde as consequências do golpe parlamentar-jurídico-midiático desdobram-se com várias similaridades ao caso hondurenho. Ao final, Manoel Zelaya, Dilma Rousseff, Fernando Lugo e os demais mandatários são as vítimas-símbolos, mas o golpe é de fato contra os aparatos estatais que deixam de operar em função do bem-estar da maioria – mesmo com as contradições amplamente conhecidas dos governos progressistas –, passando a atender as necessidades de uma minoria usurpadora, que não está disposta abrir mão dos mínimos benefícios que o modelo neoliberal típico tem a oferecer para seus negócios.

Referências

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto et.al. **Dicionário Político**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BORON, Atílio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

REGALADO, Roberto. Leciones del golpe de Estado en Honduras. **Revista Contexto Latinoamericano**, núm.12, Ocean Sur, 2010, pp. 7-12.

CDV - VERDAD, COMISIÓN DE. **Informe de la Comisión de Verdad**: la voz más autorizada es la voz de las víctimas. Tegucigalpa, 2012.

C-Libre. **Cobertura Mediática de los Acontecimientos Previos y Posteriores al Golpe de Estado En Honduras**. Tegucigalpa: Prografip, 2010.

MEZA, Víctor. El poder, la democracia y la prensa: una relación contradictoria y difícil. In: CEDOH. **Honduras: prensa, poder y democracia**. Tegucigalpa, 2012.

 **O DIREITO
ACHADO NA RUA**

LAPCOM
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO



A Mídia
Golpista
mata todo
DIA!

